



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Aperibé**

**LEI Nº 665**  
**DE 15 DE SETEMBRO DE 2016**  
Processo nº 0047/2016 - FMS

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2017, e dá outras providências".

Faço saber que a Câmara Municipal de Aperibé aprovou e eu, Prefeito do Município de Aperibé, sanciono a seguinte:

LEI

Artigo 1º - O Orçamento do Município de Aperibé, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária, e;
- VIII - as Disposições Gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Artigo 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria n. 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Artigo 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebam recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Artigo 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Re-

ceita, e;

VIII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

**METAS ANUAIS**

Artigo 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS  
FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Artigo 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS  
COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Artigo 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2006.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

#### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Artigo 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

#### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Artigo 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabeleça também que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabeleça onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

#### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Artigo 10 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 575/2007-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

#### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Artigo 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, de caráter não geral.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

#### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Artigo 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

#### **MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Artigo 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstra-

tivo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 587/2005-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2017, 2018 e 2019.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Artigo 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

Artigo 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

Artigo 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais assumidos em virtude de leis, contrato ou convênios.

§ 1º - Utiliza a base de dados de Balanços e Balançetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2017, 2018 e 2019.

§ 2º - Até a elaboração da presente lei, constitui Dívida Pública para o exercício de 2017:

I - Os Precatórios Judiciais;

II - O parcelamento de débitos previdenciários com o Instituto de Previdência do Município de Aperibé - CAPMA, na forma da Lei e, conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários;

III - Outros parcelamentos com diversos credores.

#### **II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Artigo 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual para o quadriênio subsequente, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### **III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Artigo 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá o

Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Artigo 19 - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, em qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Artigo 20 - A Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos pela legislação pertinente, e será encaminhada ao Poder Legislativo até 30/10/2016.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 21 - O Orçamento para exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Artigo 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Artigo 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura, e;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Artigo 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 10%, (dez por cento) tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2012 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Artigo 26 - O Orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 5% (cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF). (EMENDA LEGISLATIVA).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tomaram insuficientes, após autorização legislativa. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Artigo 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Parágrafo Único - O Executivo Municipal está autorizado a prever na L.O., Lei Orçamentária 2017, atividades voltadas a atender a promoção/fomento aos eventos alusivos ao Dia da Bíblia; Encontro de Trilheiros de Aperibé; Marcha para Jesus; Festa em Louvor a São Sebastião, e ainda, subvenção/contribuição a Associação dos Artesãos de Aperibé e a veículos de comunicação de finalidade comunitária. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Artigo 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2017, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Artigo 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e, dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "F" e 26 da LRF).

Parágrafo Primeiro - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal). (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Segundo - O Poder Executivo poderá prever na Lei Orçamentária para o exercício de 2017, concessão de subvenção às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de Utilidade Pública ou constituídas legalmente, que visem à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, educacional e de comunicação comunitária, desde que elaborem prestações de contas de cada parcela de recursos recebidos e estejam em dia os fiscos federal, estadual e municipal. (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Terceiro - Os repasses serão concedidos mediante autorização em Lei específica. (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Quarto - Somente será concedido novo repasse após prestação de contas do repasse anterior ao Poder Executivo. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei

nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Artigo 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Artigo 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Artigo 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Artigo 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Artigo 37 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades e operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 (art. 167, I da Constituição Federal).

Artigo 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF, além de serem divulgados por meio eletrônico, por publicação em jornal local e por meio das audiências públicas previstas na legislação vigente.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Artigo 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integram a Lei Orçamentária para 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Artigo 40 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento as despesas de capital, observado o limite de endividamento, até 25% (vinte e cinco por cento), das receitas correntes líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32). (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 41 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Artigo 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Artigo 43 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir sem prejuízo para o servidor público ou aumentar prioritariamente a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal). (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Primeiro - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou nas leis de créditos adicionais.

Parágrafo Segundo - O Poder Executivo Municipal deverá incluir na Lei Orçamentária de 2017, artigo que disponha sobre a obrigatoriedade de implementação do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Aperibé, conforme previsto na Lei nº 621 de 29 de dezembro de 2015. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 44 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2017, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Parágrafo Único - O Poder Legislativo ainda observará para as despesas de pessoal a limitação de 70% (setenta por cento) sobre os valores devidos pela Prefeitura para fazer face as suas despesas, conforme disposição da LRF.

Artigo 45 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores e, com autorização Legislativa, contratar pessoal temporariamente, entretanto, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Artigo 46 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Artigo 47 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficia contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo Único - Poderá ainda o Poder Executivo, parcelar os débitos inscritos em dívida ativa, com redução gradativa de juros e correção, de acordo com a quantidade parcelas contratadas, conforme regulamento que será aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo com renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Artigo 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara

Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o término do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Artigo 52 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Parágrafo Primeiro - O Poder Executivo deverá prever na L.O. (Lei Orçamentária) para o exercício de 2017, recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Aperibé e pelo previsto na Lei Municipal nº 585 de 14 de julho de 2014, que dispõe sobre concessão de benefícios eventuais no Município de Aperibé. (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Segundo - O Poder Executivo deverá prever na L.O. (Lei Orçamentária) para o exercício de 2017, dotação específica para implantação, manutenção, e funcionamento dos Conselhos Tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades, nos moldes do previsto no artigo 4º da Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

(EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Terceiro - O Poder Executivo deverá prever na L.O. (Lei Orçamentária) para o exercício de 2017, dotação para que se efetue aumento do salário dos Conselheiros Tutelares de Aperibé, conforme recomendação do MPERJ (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro). (EMENDA LEGISLATIVA).

Parágrafo Quarto - O Poder Executivo deverá prever na L.O. (Lei Orçamentária) para o exercício de 2017, dotação específica a fim de atender ao previsto no Plano Municipal de Cultura e a criação do Sistema e Fundo Municipal de Cultura. (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município e deverá encaminhar cópia de todos os convênios firmados, à Câmara Municipal de Vereadores até trinta dias após a assinatura do(s) mesmo(s). (EMENDA LEGISLATIVA).

Artigo 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aperibé, 15 de setembro de 2016.

Flávio Diniz Berriel  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

**META FISCAL - Resultado Primário**

**ANEXO I**  
**Lei nº 665/2016.**

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018
<b>1 - RECEITA TOTAL</b>	<b>55.408.780,00</b>	<b>60.118.526,30</b>	<b>65.228.601,04</b>
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira	1.200.000,00	1.302.000,00	1.412.670,00
(-) Operações de Créditos	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
<b>Receita Fiscal Líquida (I)</b>	<b>54.208.780,00</b>	<b>58.816.526,30</b>	<b>63.815.931,04</b>
<b>2 - DESPESA TOTAL</b>	<b>55.408.780,00</b>	<b>60.118.526,30</b>	<b>65.228.601,04</b>
(-) Amortização e Encargos da Dívida	900.000,00	976.500,00	1.059.502,50
(-) Aquisição de Títulos já Integralizados	0,00	0,00	0,00
(+) Reserva de Contingência	2.886.000,00	3.131.310,00	3.397.471,35
<b>Despesa Fiscal Líquida (II)</b>	<b>57.394.780,00</b>	<b>62.273.336,30</b>	<b>67.566.569,89</b>
<b>3 - RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)</b>	<b>3.186.000,00</b>	<b>3.456.810,00</b>	<b>3.750.638,85</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

**META FISCAL - Montante da Dívida**

**ANEXO I - A**  
**Lei nº 665/2016**

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
01 - INSS (PARCELAMENTO)	1.983.184,14	1.215.696,33	850.968,74
02 - CAPMA (PARCELAMENTO)	6.664.919,33	4.352.685,52	3.800.000,00
03 - AMPLA (PARCELAMENTO)	368.733,52	150.000,00	0,00
04 - CECA (PARCELAMENTO)	0,00	0,00	0,00
05 - Déficit Atuarial (CAPMA)	0,00	0,00	0,00
06 - Depósitos e Retenções Não Liquidadas	1.549.126,09	312.000,00	60.000,00
07 - Restos a Pagar a Inscerver	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.565.963,08</b>	<b>6.030.381,85</b>	<b>4.710.968,74</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

**META FISCAL - Resumo**

**ANEXO I - C**  
**Lei nº 665/2016**

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018
1 - Receita	55.408.780,00	60.118.526,30	65.228.601,04
2 - Despesa	55.408.780,00	60.118.526,30	65.228.601,04
3 - Resultado Primário	3.186.000,00	3.456.810,00	3.750.638,85
4 - Resultado Nominal	-3.284.572,17	600.000,00	651.000,00
5 - Montante da Dívida	10.565.963,08	6.030.381,85	4.710.968,74



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

**META FISCAL - Resultado Nominal**

**ANEXO I - B**  
**Lei nº 665/2016**

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018
<b>1 - Saldo da Dívida Consolidada</b>	<b>10.565.963,08</b>	<b>6.030.381,85</b>	<b>4.710.968,74</b>
(-) Disponibilidade de Caixa	3.284.572,17	3.448.800,78	3.741.948,84
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
<b>(=) Saldo da Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>7.281.390,91</b>	<b>2.581.581,07</b>	<b>969.019,90</b>
(+) Receitas de Privatização	0,00	0,00	0,00
(-) Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00
<b>(=) Saldo da Dívida Fiscal Líquida</b>	<b>7.281.390,91</b>	<b>2.581.581,07</b>	<b>969.019,90</b>
<b>2 - Resultado Nominal</b>	<b>-3.284.572,17</b>	<b>600.000,00</b>	<b>651.000,00</b>



**TERMO ADITIVO 03 - ITAPREV**

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaocara  
 Contratado: Vandir Dias de Freitas  
 Objeto: suporte, acompanhamento, e consultoria contábil, financeira e orçamentária  
 Fundamentação: Art. 57, II, da Lei Federal Nº 8.666/93  
 Valor: R\$ 28.800,00  
 Data da Assinatura: 30/06/2016

**CONTRATO**  
**05/2016- ITAPREV**

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaocara  
 Contratado: DIOGO DE CARVALHO SOUZA  
 Objeto: Contratação de empresa para manutenção do site do ITAPREV  
 Fundamentação: Art. 24, II, da Lei Federal Nº 8.666/93  
 Valor: R\$ 7.200,00  
 Data da Assinatura: 30/06/2016

**TERMO ADITIVO 04**  
**ao contrato 09/2013 - ITAPREV**

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaocara  
 Contratado: VDF SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA  
 Objeto: Concessão de Licença de Uso de Software para Administração Pública  
 Fundamentação: Art. 57, II, da Lei Federal Nº 8.666/93  
 Valor: R\$ 16.200,00  
 Data da Assinatura: 30/06/2016

**CONTRATO**  
**06/2016- ITAPREV**

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaocara  
 Contratado: VERBICARIO ALVIM ADVOGADOS ASSOCIADOS ME  
 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de assessoria técnica jurídica para o ITAPREV  
 Fundamentação: Licitação 01/2016  
 Valor: R\$ 53.880,00  
 Data da Assinatura: 08/07/2016



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

ESPECIFICAÇÃO	Previsto 2015	Realizado 2015	ANEXO II Lei nº 665/2016	
			Variação R\$	%
1 - Receita	55.408.780,00	42.473.086,60	-12.935.693,40	(23,35)
2 - Despesa	55.408.780,00	47.194.272,60	-8.214.507,40	(14,83)
3 - Resultado Primário	2.742.710,30	2.742.710,30	2.800.000,00	-
4 - Resultado Nominal	551.561,10	551.561,10	600.000,00	-
5 - Montante da Dívida	10.565.963,08	10.565.963,08	0,00	-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017

Metas Atuais Comparadas com os Últimos Três Exercícios

ESPECIFICAÇÃO	2013	Realizado		2015	%	ANEXO III Lei nº 665/2016	
		2014	%			Previsto 2016	%
1 - Receita	38.136.048,05	39.846.298,93	4,48	42.473.086,60	6,59	55.408.780,00	30,46
2 - Despesa	36.178.957,45	33.575.796,80	-7,20	47.194.272,60	40,56	55.408.780,00	17,41
3 - Resultado Primário	-1.728.677,10	-1.728.677,10	0,00	2.742.710,30	0,00	3.186.000,00	16,16
4 - Resultado Nominal	-847.967,70	-545.917,20	0,00	551.561,10	0,00	-3.284.572,17	-695,50
5 - Montante da Dívida	10.270.094,56	10.565.963,08	2,88	10.565.963,08	0,00	8.456.082,80	-19,97





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	%	Lei nº 665/2016	
				ANEXO IV Variação	
				2015	%
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ	13.146.688,41	14.364.070,05	110,20	12.216.885,74	85,05

Fonte - Anexo 14- Consolidado (Administração Financeira de 2015) - Lei 4320/64



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017**

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos c/ Alienação de Ativos

ANEXO V  
Lei nº 665/2016

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015
<b>ORIGEM</b>			
Saldo do Exercício Anterior		0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Imóveis		0,00	0,00
Outros (Ações e etc)		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APLICAÇÃO</b>			
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		0,00	0,00
Saldo - Exercício Seguinte		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FLAVIO DINIZ BERRIEL  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017

Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÃO	Realizado			Lei nº 665/2016	
	2012	2013	%	2014	Variação %
Receita	2.499.544,31	2.566.115,09	102,66	2.566.115,09	-
Despesa	222.232,60	878.621,65	295,96	878.621,65	-
Disponibilidade Financeira	6.972.900,54	8.735.909,40	25,29	10.988.437,10	25,79
Percentual de Contribuição	11,00	11,00	100,00	11,00	100,00

Fonte - Anexos Contábeis do RPPS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017

Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Lei nº 665/2016

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÃO	2016	Estimativa		Expansão (%)
		2016	2017	
1 - Renúncia da Receita	0,00	0,00	0,00	0,00%
2 - Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado -.DOCC	900.000,00	500.000,00		-44,44
3 - Receita Corrente Líquida - RCL	38.800.000,00	39.900.000,00		2,84
4 - Impacto da Renúncia de Receita na Receita Cor. Líquida (1/3)	0,00	0,00		0,00
5 - Impacto das DOCC na RCL	2.902.000,00	1.500.000,00		-48,31
6 - Compensação da Renúncia da Receita	0,00	0,00		0,00
7 - Compensação para DOCC	900.000,00	1.250.000,00		38,89

Valores aproximados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS P/ 2017

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

ESPECIFICAÇÃO	Anexo VIII
	Lei nº 665/2016 2017
1 - Aumento Permanente da Receita	3.500.000,00
(-) Aumento Referente a Transferências Constitucionais	1.750.000,00
(-) Aumento Referente a Transferências do FUNDEB	412.000,00
<b>Saldo Final do Aumento Permanente da Receita</b>	<b>1.338.000,00</b>
2 - Redução Permanente da Despesa	1.250.000,00
3 - Margem Bruta (1+2)	2.588.000,00
4 - Saldo Utilizado da Margem Bruta Novas DOCC	500.000,00 500.000,00
5 - Margem Líquida da Expansão da DOCC (3-4)	2.088.000,00

EXTRATO DE PROCESSO  
Processo nº 0062/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2016 - PMA

Partes: MUNICÍPIO DE APERIBÉ e a firma NOBREZAS DA TERRA DISTRIBUIDORA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS  
Valor: R\$ 42.363,00 (QUARENTA E DOIS MILI TREZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS)  
Fundamentação Legal: 23, II, "b" da Lei 8.666/93  
Número do empenho: 199 de 28/04/2016  
Data da assinatura: 28/04/2016

Faça sexo seguro:



*Nas relações  
sexuais, use  
camisinha.*



Secretaria Municipal de Saúde  
Prefeitura Municipal de Aperibé